



# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei n°. 5.315 de 04 de Julho de 1988

## MENSAGEM LEGISLATIVA Nº 028, DE 2 DE JUNHO 2015.

**Excelentíssimo Senhor**

**Vereador DIONARDO MENDES DA CONCEIÇÃO**

**D.D. Presidente da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**

**Exmo. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis**

Dirijo-me a Vossas Excelências para encaminhar o **Projeto de Lei nº 024/2015**, que **altera dispositivos na Lei Municipal nº 1.177/2007 que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências**, com o seguinte pronunciamento.

As alterações aqui propostas são motivadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com fins de atender as exigências da Lei nº 12.696/2012 e Resolução 170/2014, que tratam da Eleição unificada para a escolha do Conselheiro Tutelar, sendo na área social um dos maiores serviços prestados à população se percebeu a necessidade de mudanças que venham contribuir com a participação da população neste pleito, assim como a representatividade no CMDCA com a inclusão de jovens, tendo ainda a participação do Ministério Público na articulação para tais mudanças.

Corroborar em comum para estas adequações o Projeto de Lei 025/2015 que altera a Lei Municipal nº 125/1990 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço, encaminhando-lhes o presente Projeto de Lei para análise e, posterior, aprovação.

Atenciosamente,

**MAURO VALTER BERFT**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
**CPF: 308.107.010-49**

CÂMARA MUNICIPAL DO PARICIS MT

09-JUN-2015 09:48 002018 2/2





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei n°. 5.315 de 04 de Julho de 1988

**PROJETO DE LEI Nº 024/2015**

**2 de junho de 2015.**

*Autoria: Poder Executivo Municipal*

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.177/2007 QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**MAURO VALTER BERFT**, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** O art. 2º vinculado ao Capítulo I – Do Conselho Tutelar - Seção I – Das Atribuições, da Lei Municipal nº 1.177, de 27 de junho de 2007, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 2º. São atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos conselheiros, além de outras previstas nesta Lei:*

*I - atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no art. 93, do mesmo diploma legal;*

*II - atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;*

*III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:*

*a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;*

*b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.*

*IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;*

*V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;*

*VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;*

*VII - expedir notificações;*

*VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;*

*IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;*

*X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;*





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei nº. 5.315 de 04 de Julho de 1988

XI - representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII - elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191, ECA);

XIII - elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194, ECA);

XIV - elaborar seu regimento interno;

XV - articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI - operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

XVII - manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII - encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes.

§ 1º. Se, no exercício de suas atribuições, em virtude da gravidade da situação de risco, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar, comunicará imediatamente o fato ao Ministério Público por escrito, encaminhando-lhe toda a documentação disponível, para que seja buscada, por via judicial, a aplicação da medida prevista no art. 101, VII ou IX, do ECA.

§ 2º. Na hipótese do parágrafo anterior, quando houver parente ou pessoa muito próxima que possa acolher a criança ou adolescente (família extensa), o Conselho Tutelar buscará a concordância dos pais ou responsável para que a criança ou adolescente fique sob a guarda imediata de fato dessas pessoas (afastamento familiar consensual), lavrando termo de entrega e responsabilidade e tomando a assinatura do recebedor, encaminhando, imediatamente em seguida, toda a documentação produzida ao Ministério Público para regularização, por via judicial, da guarda da criança ou adolescente.

§ 3º. Somente em situações de absoluta excepcionalidade e urgência poderá o Conselho Tutelar encaminhar a criança ou o adolescente diretamente a entidade que mantenha programa de acolhimento institucional, devendo, em casos tais, ser feita, no prazo de 24 horas, a comunicação ao Juiz da Infância e Adolescência e ao Ministério Público (art. 93, ECA), para manuseio da ação judicial respectiva.

§ 4º. À exceção das situações excepcionais previstas nos parágrafos do artigo anterior, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e resultará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual seja garantido





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei n°. 5.315 de 04 de Julho de 1988

*aos pais ou responsável legal o exercício do contraditório e ampla defesa (art. 101, §2º, ECA).*

*§ 5º. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.” (NR)*

**Art. 2º.** O art. 5º vinculado ao Capítulo I – Do Conselho Tutelar - Seção III – Dos Direitos, da Lei Municipal nº 1.177, de 27 de junho de 2007, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º. O conselheiro Tutelar terá direito assegurado a:*

*I - cobertura previdenciária;*

*II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;*

*III - licença-maternidade;*

*IV - licença-paternidade;*

*V - gratificação natalina.” (NR)*

**Art. 3º.** O art. 8º vinculado ao Capítulo II – Do Processo de Escolha - Seção I – Dos Requisitos para Candidatura, da Lei Municipal nº 1.177, de 27 de junho de 2007, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 8º. Para obter inscrição definitiva para a escolha popular, o candidato deverá classificar-se em:*

*I – avaliação de títulos: demonstrando possuir habilitação para trabalhar com criança e adolescente, comprovados através da apresentação de certificados de participação em cursos, seminários, palestras ou jornadas de estudos, em assuntos relacionados com o atendimento a crianças e adolescentes, com frequência de, no mínimo, 20 horas, admitida a soma das participações, devendo o documento comprovar o conteúdo ministrado e o nome dos professores, conferencistas ou palestrantes;*

*II – avaliação psicológica: demonstrando possuir condições psicológicas e capacidade de lidar com conflitos sócio-familiares para prestar atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias e exercer as atribuições previstas na presente lei.” (NR)*

**Art. 4º.** O art. 13 vinculado ao Capítulo II – Do Processo de Escolha - Seção III – Da Eleição, da Lei Municipal nº 1.177, de 27 de junho de 2007, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:





# Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 24.772.287/0001-36

Criação Lei nº. 5.315 de 04 de Julho de 1988

*“Art. 13. Em caso de empate entre os candidatos, será dada preferência ao candidato que apresentar, sucessivamente:*

*I – com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente;*

*II - o candidato com idade mais elevada.”(NR)*

**Art. 5º.** O art. 14 vinculado ao Capítulo II – Do Processo de Escolha - Seção IV – Da Posse, da Lei Municipal nº 1.177, de 27 de junho de 2007, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Campo Novo do Parecis e, dá outras providências passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 14. Os Conselheiros Tutelares eleitos nos termos da presente Lei serão empossados em sessão solene pelo Presidente do CMDCA e pelo Prefeito Municipal que assinará portaria de nomeação no cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Campo Novo do Parecis.*

*§ 1º. Para a posse o candidato deverá participar da capacitação de 80h, oferecida pela Secretaria Municipal de Assistência social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Assessoria Jurídica, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, devendo o mesmo ter uma participação de 80% de assiduidade, podendo ser impedido de tomar posse se não cumprir a capacitação.*

*§ 2º. Será tornado sem efeito o provimento do cargo se o Conselheiro Tutelar eleito não tomar posse do cargo na ocasião a que se refere o caput deste artigo, admitida a prorrogação justificada, a pedido do interessado, pelo prazo de 5 (cinco) dias, ou que tiver cassada a sua eleição por decisão judicial irrecurável.*

*§ 3º. A posse poderá dar-se mediante procuração específica.” (NR)*

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 2 dias do mês de junho de 2015.

**MAURO VALTER BERFT**

**Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e Portal Transparência e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

**MARCIO ANTÃO CANTERLE**

**Secretário Municipal de Administração**

*Priscila S. Blaudes Rubert*  
Advogada  
OAB/MT 7286